



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 18 - Nº 335 - DE 06 a 19 DE MARÇO DE 2007 - R\$ 2,00

Abaixo o PAC antioperário de Lula!



Não à reforma da Previdência!

Não ao Fórum Nacional da Previdência!

Fora o arrocho salarial do PAC!

Defesa das reivindicações das massas!

Não à lei antigreve!



Rechaçar a punição à juventude!

Emprego e escola a todos os jovens!

Fora Bush: assassino dos povos oprimidos!

Lula: seu governo é capacho do imperialismo!

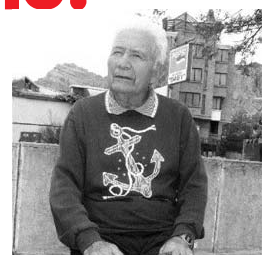


Metalúrgicos do ABC:

Combater as demissões e o desemprego:

Escala móvel das horas de trabalho!

**Entrevista do dirigente do POR boliviano
Guilherme Lora à imprensa**



Denúncias do capitalismo

Prisões estão cheias de semi-analfabetos e analfabetos

**10,5% dos presos são analfabetos;
70% não concluíram o ensino fundamental**

Os presídios não suportam a quantidade de presos. Há uma estimativa que mais de 200 mil pessoas se encontram nos cárceres, sendo que somente 18% possuem atividades educacionais. Os governos alegam que os presídios não têm espaços para a criação de salas de aula, que os presos não se interessam pelos estudos e que pouco ajuda a retirá-los do crime (82% retomam à marginalidade). O que realmente ocorre?

1. Aumento gigantesco do número de presos, particularmente nas capitais. Vivem amontoados, em condições subhumanas;

2. As aulas são no período diurno, para uma parcela restrita, que depende do agente prisional na deslocação dos detentos;

3. Os que executam algum trabalho, que serve para ganhar uns trocados e reduzir a pena (três dias trabalhados, um dia a menos na prisão), não têm como freqüentar as aulas porque são no mesmo período;

4. O direito ao estudo está condicionado ao “bom comportamento” nas celas.

O fato é que milhares de trabalhadores e jovens, das camadas mais pobres da população, são arrastados à criminalidade e punidos. Fazem parte do contingente que não teve acesso à escola (analfabetos) e/ou abandonaram cedo os bancos escolares. A dificuldade de combinar o trabalho com a freqüência escolar, o desemprego e a miséria foram e são as razões de estarem na lista dos analfabetos e dos que possuem pouca escolaridade.

O capitalismo que os pune com a pobreza e a exclusão das escolas também os condena a viverem anos e anos nos presídios, onde imperam a violência policial, a promiscuidade e as ordens dos chefes dos crimes. Nesse ambiente, não há espaço para a elevação cultural. É demagogia dos governantes, das ONGs etc fazer dos presídios local de “preparação para reintegração da sociedade”, por meio de uma “educação prisional”.

As poucas salas de aula, perante a massa de detentos, e as discussões em torno da ressocialização não fazem senão acobertar as mãos de ferro da burguesia e de seus governantes sobre essa camada de pobres analfabetos e semi-analfabetos que povoa os presídios.

Não há reintegração e ressocialização se não se transformar a base material da sociedade de classe. Caso contrário, a tendência é crescer o número de presos e, conseqüentemente, o número de detentos que pouco ou nada sabem da leitura e da escrita.

PAC do ensino: maior centralização burocrática

O MEC cria mais um programa para “controlar” os recursos que são destinados aos municípios. Trata-se de uma enxurrada de projetos (são 42) que condicionarão o dinheiro do FNDE às metas de melhoria dos resultados da Prova Brasil. Se o município não apresentar índices mais altos de aprendizagem dos alunos, não obterão dinheiro do FNDE.

O fato dos alunos terem aprendido menos do que sabiam em 1995, conforme avaliação do governo, levou o MEC a exigir aumento rápido dos índices de aprendizagem. O PAC do ensino é uma tentativa de obrigar o prefeito a exigir das escolas que os diretores assumam o papel de fiscalizadores (gestores) e que os professores trabalhem mais em condições precárias. Essa é solução do governo Lula para elevar os níveis de aproveitamento dos estudantes e subir no ranking entre os países considerados desenvolvidos. Portanto, a responsabilidade pela vinda de dinheiro e pelo cumprimento das metas está nas mãos unicamente dos trabalhadores da educação.

A Corrente Proletária lançou um folheto analisando os resultados do Saeb e Enem e o Fundeb. Nele estão expostos as razões da falência do ensino e, em particular, da reforma educacional do governo/Banco Mundial.

Participe das reuniões da Corrente Proletária e das discussões sobre esse rico material de análise da educação no Brasil.

“Falta de vontade de estudar”, eis a resposta da classe dominante à evasão escolar

Dados da pesquisa do IBGE indicam:

75% dos jovens não completaram o ensino fundamental

Somente 68% chegaram até a 5ª série

A maioria da juventude, quando atinge a 5ª série, abandona a escola. As razões são muitas, mas as principais estão ligadas ao subemprego, enormes jornadas de trabalho, a falta de interesse pelo que se ensina nas escolas e as péssimas condições de aprendizagem (salas superlotadas, indisciplina generalizada e aulas cansativas ministradas por professores estafados).

O crescente aumento da evasão escolar na faixa de 15 a 17 anos (40% deixaram de ir à escola) está relacionado à impossibilidade de combinar os estudos com o trabalho. Ao contrário do que diz os porta-vozes da burguesia e seus governos de que se trata de “falta de vontade de estudar”, a juventude padece do desemprego e do subemprego. A pobreza obriga optar entre o trabalho (subhumano) e os estudos. Nesse caso, não há dúvida. A sobrevivência fala mais alto.

A solução para o combate à evasão está na combinação do trabalho com a escola. A reivindicação de emprego a todos os jovens – 4 horas na produção e o restante na escola – desmascara os que criticam os jovens de que “não querem estudar” e é uma resposta concreta à realidade da juventude.

Lei anti-greve de Lula

O governo enviou a Congresso um projeto de lei que restringe o direito de greve ao funcionalismo. Seus porta-vozes dizem que se trata de regulamentar a paralisação em setores considerados essenciais.

A medida foi preparada depois do governo enfrentar greves em vários setores do funcionalismo. O movimento dos controladores de voo e as manifestações na polícia federal motivaram ainda mais Lula a autorizar a burocracia governamental a preparar nova regulamentação. Mas o que se pretende é mutilar o direito de greve do funcionalismo, como já foi feito com os trabalhadores regidos pela CLT.

O arrocho salarial não é compatível com o direito de greve. A classe operária não chegou a conquistar o direito irrestrito de greve, mas o pouco que arrancou da burguesia tem sido eliminado. Com o fim da ditadura militar e a retomada do movimento grevista em todas as áreas da economia, a burguesia exigiu dos governos e do Congresso pôr limites mais rígidos. Assim foi feito quanto à legislação referente aos assalariados da iniciativa privada. Faltou mexer com a legislação do funcionalismo, que também é repressiva, mas menos restritiva.

Prevê-se que o governo terá de atacar as condições de existência do funcionalismo, como consta no PAC e como se anuncia quanto à previdência. O Estado necessita de instrumentos legais mais duros para combater a greve no funcionalismo. Lula reforça a ditadura de classe da burguesia contra a maioria.

O aparato de repressão policial, militar e judicial tem de estar à altura da crise do capitalismo, da violência econômica e social contra as massas para combater a revolta dos oprimidos.

A colaboração da burocracia sindical (CUT/Força Sindical) com o governo e sua integração ao Estado favorece o fortalecimento da ditadura de classe dos capitalistas. Mas a situação de opressão e de crise permanente do capitalismo obriga as massas passarem por cima da legislação e combaterem os exploradores.



Lula já manifestou apoio às restrições à greve no funcionalismo

É fundamental ligar as reivindicações mais sentidas dos explorados com a bandeira de direito irrestrito de greve. O governo de Lula e o PT são serventes do grande capital. Devem ser combatidos sem trégua.

Fórum da Previdência

No dia 7 de março, será aberta a sessão do Fórum. O ministro Nelson Machado apresentará o diagnóstico de que o déficit contributivo é de apenas R\$ 4 bilhões. O restante que compõe o chamado déficit da Previdência de R\$ 42 bilhões, na realidade, resulta da política social aplicada na previdência rural e das renúncias de contribuições de empresários, a título de incentivo fiscal.

Esses números desmascaram a campanha da burguesia (FIESP, CNI, Jornais) de que as aposentadorias provocam um rombo de R\$ 42 bilhões.

Engana-se quem imagina que Lula usa as distinções para rebater a campanha antitrabalhadora. Se fosse assim,

não havia criado o Fórum da Previdência com o PAC.

Abriu-se a discussão sobre aumento do limite de idade, a desvinculação do reajuste do salário mínimo, rebaixamento do valor do teto para favorecer a previdência privada. O funcionalismo está na mira do governo. Pretende igualá-lo ao do sistema que rege a previdência dos trabalhadores da esfera privada, ou seja, acabar com a aposentadoria integral e impor o teto, que hoje é de R\$ 2.800,00 e que poderá sair rebaixado do Fórum.

O governo Lula, assim, expressa os interesses gerais da burguesia e em particular aos grupos financeiros que movimentam a previdência privada.

É preciso reagir às manobras do governo Lula e da burocracia sindical. Dizem que querem adaptá-la às novas gerações. Dizemos: nossa geração está ferrada e as próximas estarão mais ainda. Os assalariados produzem a riqueza, que daria para aposentar várias gerações. Mas toda ela fica com os exploradores na forma de capital. Para a maioria, sobram pobreza e toda sorte de privação. Quando se aposentam, recebem um salário mínimo de fome.

Os presidentes, parlamentares, governadores, juízes, promotores e generais recebem uma fábula. Constituem a casta privilegiada. Os burgueses vivem faustamente com seus capitais. Para os trabalhadores de suas fábricas, comércio, bancos, fazendas etc, reservam uma vida de sacrifício e na velhice um triste fim.

Nossas bandeiras: "Abaixo o Fórum da Previdência"! "Revogação das reformas de FHC e Lula"! "Salário mínimo real de R\$ 2.500,00"! "Fim dos privilégios dos politiquês, juizes e militares"!

Lula e Bush

A presença de George W. Bush no Brasil está sendo propagandeada como um acontecimento econômico e político extraordinário. É assim que está apre-



Os cabeças do governo se esforçam para buscar apoio e reduzir o número de críticas e emendas dos próprios aliados ao PAC

sentando Lula e os porta-vozes do grande capital. O Brasil estaria prestes a ganhar importância internacional com um acordo e um plano de tornar o etanol, uma mercadoria altamente consumida no mundo e rentável.

Prevê-se passar de 336 usinas de álcool para 409 até 2012, com investimento na ordem de UR\$ 14,6 bilhões. O BNDES já teria R\$10 bilhões para começar. Assim, os investidores multinacionais encontrariam novo filão para seus negócios.

O interesse dos EUA está em diminuir sua dependência do petróleo e abrir caminho para empresas estrangeiras que atuam no setor de energia. Fala-se numa Opep do etanol, no caso controlada pelos EUA.

O Brasil é considerado ideal para o projeto norte-americano: grande extensão de terras apropriadas para a cana, mão de obra barata e tecnologia avançada. Está aí um caminho para a maior penetração do capital internacional.

Os colonizadores e em seguida os imperialistas impuseram e continuam impondo padrões à agricultura brasileira. Não por acaso a agroindústria, que se desenvolveu enormemente a partir da

década de 70 e principalmente nas últimas décadas, está na dependência do capital externo. A burguesia agrária brasileira vem se consorciando mais e mais ao agronegócio controlado pelas multinacionais. O plantio de produtos para exportação – soja, por exemplo – fizeram crescer a concentração de terras. O PIB da agricultura se centralizou altamente nas mãos de grandes empresários e de multinacionais.

Com o projeto etanol de Bush, a monocultura se expandirá ainda mais, as terras sofrerão conseqüências nefastas e crescerá a dependência do Brasil frente aos Estados Unidos. Mas o objetivo de Bush em amarrar o país a um acordo do etanol é mais amplo.

Analistas referem-se ao abandono da América Latina pelo governo norte-americano e que agora é hora de rever essa posição. Querem com isso dizer que a potência tem interesses a preservar no seu quintal e que ainda há muito o que explorar.

Os gringos também não podem menosprezar o fato da América Latina constituir uma base de apoio para suas disputas comerciais e para sua expansão militar no mundo. A tendência é de agu-

dizarem-se os choques interimperialistas e das potências com as semicolônias. A guerra no Iraque e Afeganistão mostra por onde passa a ofensiva mundial dos EUA. Irã, China, Coréia do Norte, Rússia compõem como fatores de crise. A energia - especialmente o petróleo - é um combustível dos embates.

Lula demonstrou não atrapalhar o domínio norte-americano no continente latino-americano. Não há sonho bolivariano no seio da burguesia e da pequena burguesia. Se não é um cachorrinho de coleira, como por exemplo o presidente da Colômbia, é um capacho com disfarces de defensor dos interesses nacionais e de mudanças na ordem mundial em favor das nações pobres. Com a postura de independência e submissão, faz pose de ter fracassado a Alca e auxiliado na paz do imperialismo no Haiti. Discorda do anti-americanismo de Chaves, mas não o ataca abertamente, como quer Bush.

Essa conduta não prejudica os movimentos do grande capital e não faz nenhum desafio à política intervencionista dos EUA.

Lula passou no teste do primeiro mandato com a fantasia de governo de esquerda (um governo burguês de esquerda quer dizer que não acata docilmente as decisões do imperialismo, atrapalha em alguma medida as ações das multinacionais e passa por popular). No segundo mandato, compõe mais comprometido frente ao grande capital interno e ao externo.

Acabou a história de governo de esquerda. A estrutura econômica do Brasil, sua inserção na economia mundial, a natureza da burguesia nacional e as contradições de classe não possibilitam um governo com ares de antiimperialista. Se Lula se comportasse um pouquinho como Chaves, abriria uma tremenda crise política e não sobreviveria.

Lula seguiu no primeiro mandato a cartilha dos banqueiros internacionais e agora está preparado a seguir mais francamente as pressões dos EUA. A Alca não foi para frente, mas o Mercosul se espatifou. Os acordos bilaterais vêm ganhando terreno em favor dos EUA – é o caso da crise com o uruguaio.

A receptividade a Bush demonstra o quanto o governo é capacho do imperialismo. E a vinda do carrasco do povo iraquiano ao Brasil é um triunfo do

imperialismo nor-
te-americano. A classe
operária, os campones-
ses e a juventude opri-
mida devem rechaçar a
política econômica dos
EUA para o Brasil, de-
nunciar o governo Lula
e organizar a luta anti-
imperialista, como par-
te da luta
anticapitalista.

Impasse ministerial

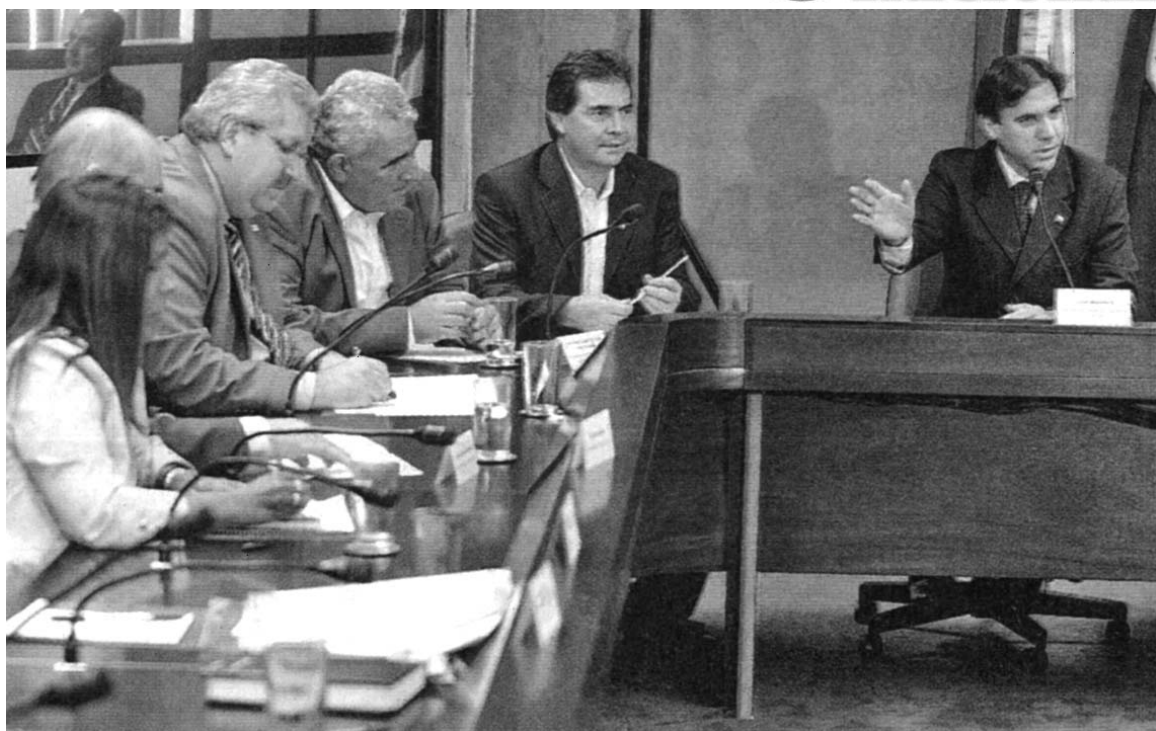
Governo despetiza-
do – essa é a bandeira
dos partidos da coali-
ção. Limitar a influên-
cia do PMDB no
governo – é o que que-
rem os petistas. Os de-
mais partidos seguem
essa disputa.

E Lula, o que pensa e como age? Ace-
itou a tese da despetização antes mesmo
de ser eleito com apoio da coalizão. Age
coerentemente contra as pretensões da
cúpula e das principais tendências dos
PT.

O episódio Marta Suplicy é exem-
plar. Destacou-se como um trunfo dos
petistas. Primeiro para o ministério da
Educação; depois para o das Cidades. A
última notícia é que seus apaniguados
negociam com Maluf (PP) um acordo
para as eleições municipais em 2008. O
desmentido de Marta foi pouco convin-
cente.

Nenhum outro nome de fora do go-
verno foi cogitado. Os quadros petistas
estão manchados pelos escândalos do
primeiro mandato, quando estrearam
como pavões da alta política e das refor-
mas populares. Ou seja, a camarilha do
campo democrático e popular encon-
tra-se queimada. Restou Marta, preteri-
da por Lula para a Educação e Cidades.

Mas o problema principal de Lula
não é o PT, debilitado pela derrocada de
homens como José Dirceu, José Genuíno,



*As direções sindicais burocráticas (pelegas) negociam o PAC com o governo, representado por sua vez pelo pelego
Marinho, Ministro do Trabalho*

Luis Gushiken etc, mas o PMDB. O mai-
or partido da burguesia e o maior bolsão
das oligarquias regionais exige ampliar
o controle de ministérios estratégicos.
Não quer ser parte de uma coligação,
quer governar com margem de independên-
cia.

Resolvido esse problema, aos demais
partidos restam as migalhas. No entan-
to, os “migalheiros” (PSB, PDT, PCdoB)
querem se ver um pouco melhor situa-
dos, principalmente os partidos que se
consideram aliados de primeira hora. A
disputa entre Aldo Rabelo e Arlindio
Chinaglia pela presidência da Câmara
indicou que a base governamental não é
coesa e firme.

Lula tem seus políticos de confiança,
que vêm do PT e ocuparam ministérios
chaves no momento ardoroso da crise
política, como Tarso Genro, Dilma Rous-
sef e Guido Mantega. Esses podem ficar
porque não conflitam com os interesses
do PMDB e não configuram petização.

Lula se dá o luxo de rebater as pres-
sões para que defina rápido os ministé-
rios devido à divisão no PMDB,

marcado pela corrida entre a ala Sar-
ney e Temer pela disputa da presidên-
cia do partido. Conta ainda com as
condições econômicas, com o lança-
mento do PAC e com os re-
cém-recebidos 52 milhões de votos.
Mas o fato de ter de negociar exaustiva-
mente com cada partido a divisão mi-
nisterial e de ser obrigado a rebater as
pressões de petistas indica impasses
políticos no nascedouro.

A CUT continua a ser um instrumen-
to dessa política. Vem servindo de corre-
ia de transmissão da política
governamental no seio dos explorados.
Um dos compromissos de Lula com a
burguesia e com o PMDB é atacar a vida
das massas. É o que comparece no PAC,
no Fórum da Previdência, na lei antigre-
ve do funcionalismo e na maior aproxi-
mação com os EUA.

Nossa luta contra o governo de Lula
é implacável. A classe operária, os cam-
poneses e a juventude devem se contra-
por com a defesa de suas reivindicações,
com a luta antiimperialista e anticapita-
lista.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

8 de março

A opressão sobre as mulheres é de classe

No Brasil, 43,6% das mulheres fazem parte da “população ocupada”, em contraposição a 56,4% dos homens. O problema é que a maioria (55%) dos denominados “desocupados” é constituída por mulheres. Entre os “trabalhadores domésticos”, as mulheres são maioria (94,3%). E quase um terço (27,5%) dessas trabalhadoras recebe menos de um salário mínimo; a maior parte recebe de 1 a menos de 2 salários mínimos (62,8%). Entre as trabalhadoras com a faixa salarial menor (menos de 1 mínimo) 40,4% não têm carteira assinada.

Os dados acima revelam que a mulher está mais sujeita ao desemprego e à exploração. Entretanto, os homens também são afetados por esses problemas. Ou seja, a situação enfrentada por ambos é de desigualdade social, própria da sociedade de classes. Neste sentido, a opressão sobre a mulher consiste na opressão de classe.

Com o advento da industrialização, na Europa, durante o século XIX, mulheres e crianças foram integradas ao processo produtivo. A burguesia logo percebeu a possibilidade de explorá-las mais que aos homens, pagando salários menores para realizarem as mesmas jornadas exaustivas. Essa inserção da mulher na produção social, de um lado, contribuiu com a ampliação do lucro da burguesia, inclusive porque levou ao rebaixamento dos salários; de outro, permitiu à mulher libertar-se parcialmente do jugo e da apatia das relações familiares patriarcais. O mesmo processo que gerou sua independência enquanto mulher lhe escravizou enquanto proletária.

A desigualdade quanto ao tratamento da mulher no processo produtivo (salário inferior, desemprego etc.) existe desde os primórdios do capitalismo e se estende até a atualidade. Outros proble-

mas somam-se a essa situação de opressão, como a obrigatoriedade das tarefas domésticas, criação de filhos etc. No capitalismo, esses problemas não serão resolvidos, pois as mulheres que podem se “libertar” destas atividades o fazem explorando outras mulheres, sobretudo as trabalhadoras domésticas. O caso das domésticas é significativo, porque reflete a exploração da mulher pela mulher, isto é, da mulher proletária pela mulher burguesa.

A questão da maternidade também aparece na opressão de classe. De um lado, a burguesia precisa que a mulher cumpra com seu papel social de gerar os filhos, isto é, manter a reprodução da força de trabalho a ser explorada. De outro, a responsabilidade que a maternidade envolve é tida como um obstáculo à exploração plena da mulher. Por isso, torna-se um impedimento quando de sua contratação, permanência no emprego, promoção etc.

A burguesia vem retirando direitos elementares obtidos pelas lutas. As mulheres não têm o direito de decidir quanto à interrupção da gravidez por meio do aborto, mesmo nos casos em que ele é legalizado. A licença maternidade, a amamentação e as creches são conquistas que estão sendo ameaçadas. A Reforma Trabalhista de Lula / PT, por exemplo, prevê a eliminação desta licença, a qual nem foi ainda conquistada pelas proletárias domésticas. A instalação de creches em locais em que trabalham pelos menos 30 mulheres com mais de 16 anos é obrigatória por lei, mas não está assegurada. Tanto que, na própria área da educação, as mulheres não podem usufruir deste direito elementar.

Como podemos observar é a opressão de classe que está na base da discriminação e exploração sobre as mulheres. As mulheres proletárias e demais traba-

lhadoras oprimidas convivem com a opressão exercida pela classe dominante sobre todos os explorados, convivem com a exploração geral dos trabalhadores. Por isso, a luta das mulheres não pode se restringir à superação do machismo, às conquistas de gênero e a outras reivindicações pequeno-burguesas. A luta central deve se concentrar na eliminação do opressor, ou seja, da burguesia e do modo de produção capitalista. Tanto os homens como as mulheres pertencentes à burguesia são opressores; oprimem as mulheres e os homens.

O reformismo, sobretudo petista, desconsiderando esta realidade, defende a política de cotas, reservando às mulheres determinados postos e cargos em instituições públicas e privadas e em entidades sindicais, estudantis etc. Essa política jamais acabará com a discriminação e exploração das mulheres, no máximo, garantirá migalhas para uma parcela ínfima delas, mantendo a maioria sob a opressão de classe. Além disso, essa política cria a ilusão de que sem romper com o capitalismo alguma solução poderá ser dada ao problema da mulher e, desta forma, retarda a participação da mulher na luta de classes.

Apenas na sociedade comunista, livre da propriedade privada dos meios de produção, é que a mulher terá seus direitos plenos, assim como a possibilidade de conquistar a igualdade. Sua participação no processo produtivo é que lhe garantirá plena liberdade de participação e efetivo exercício de suas potencialidades.

O POR conclama todas as mulheres a se juntarem à luta da grande massa de explorados e oprimidos, proletários e camponeses, contra seus exploradores. Pela unificação da luta pelo fim do capitalismo e da burguesia, que são os verdadeiros e únicos responsáveis pela opressão e desigualdades existentes na sociedade.

A Situação Revolucionária da Bolívia sob o governo de Evo Morales

Adquira esta publicação do POR com a tradução de diversos artigos do jornal Massas boliviano, que trazem uma caracterização do governo Evo Morales, a questão da semi-nacionalização dos hidrocarbonetos, a disputa nas minas entre a estatização e o cooperativismo, a questão agrária, a disputa interburguesa na Constituinte e a estratégia revolucionária do POR.

Adquira também o folheto sobre o levante de Cochabamba. Peça ao distribuidor deste jornal.

Rechaçar a punição à juventude! Escola e emprego a todos os jovens!

A juventude já é penalizada

De 1995 a 2005, o número de jovens entre 15 e 24 anos aptos para o trabalho subiu de 18,8 milhões para 22,9 milhões, no Brasil, segundo pesquisa da Unicamp. Mas a taxa de desemprego entre eles também aumentou de 11,4% para 19,4% nesses 10 anos. A juventude é a mais afetada pelo desemprego. Isso significa que a sobrevivência dela está ameaçada.

Os jovens que conseguem emprego, por outro lado, ganham menos. Além disso, têm de conciliar estafantes jornadas de trabalho com os estudos. Estes últimos são exigidos pelos patrões que, contraditoriamente, de forma alguma, respeitam o horário de saída dos estudantes estabelecido pelas leis burguesas 2 horas antes do início do período escolar. O que vigora é a superexploração do trabalho e a juventude está a ela submetida pela necessidade de sobrevivência e pela acirrada concorrência.

A dificuldade de manter-se na escola tendo de trabalhar leva boa parcela dos jovens a abandonarem os estudos. Os que conseguem, a duras penas, continuar na escola e concluir o Ensino Médio têm depois de enfrentar a luta para o ingresso nas faculdades privadas. O ensino público superior não é garantido para todos.

Em resumo, nada é oferecido para a juventude proletária, mas tudo dela é exigido. Essa é uma contradição própria da sociedade capitalista em decomposição.

Não há perspectiva para a juventude na sociedade capitalista

Desemprego, superexploração, falta de vagas no ensino em todos os níveis etc. Esta é a situação enfrentada pelos jovens. Não há nenhuma perspectiva para eles nesta sociedade. Daí tantos serem arrastados pelo narcotráfico, que é outra contradição do capitalismo e, por isso mesmo, uma das poucas formas de sobrevivência que lhes restam.



Trabalhando para o narcotráfico, os jovens têm de se adequar aos métodos típicos desta empresa, que são tão violentos quanto todo o método de exploração do trabalho. A burguesia, hipocritamente, prega “a paz”. Não se leva em conta que a exploração do trabalho mutila as capacidades físicas e mentais da juventude nem a falta de escolas, alimentação adequada e tudo o mais. A barbárie resultante do capitalismo em decomposição é muito mais ampla do que os “atos de violência” atribuídos a esses jovens que, desde cedo, só têm a barbárie como referência são forjados em seu seio, cotidianamente.

Vivemos sob o regime da opressão social onde a riqueza produzida pelos trabalhadores é paga com condições subumanas de existência. As crianças e jovens são vítimas dessa sistema.

Querem ampliar a opressão sobre a juventude

Desconsiderando a realidade a que a juventude está submetida, crescem as propostas de alteração nas leis sobretudo no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Pretende-se aumentar a penalidade para os jovens para “acabar com a impunidade”, antecipando sua maioridade. A tal impunidade é considerada a raiz do problema e a juventude é responsabilizada pelas mazelas que são fruto da lógica capitalista.

A imprensa apóia estas propostas de-

fendendo punição. Politiqueiros, a burguesia e setores da classe média clamam por “justiça” tomando como exemplo principalmente os casos de assassinatos de crianças. Ninguém deles assume que a sociedade está podre e gera todo tipo de deformação.

Defender a combinação do trabalho com a escola para salvar a juventude

O POR rechaça a hipocrisia da burguesia, de setores da classe média e de seus politiqueiros que pretendem aumentar a repressão sobre a juventude com punições mais severas. Também não reforça as ilusões reformistas de que é possível uma saída na sociedade capitalista. Defende a destruição do capitalismo e a construção de uma sociedade sem exploradores e explorados, a socialista. Única capaz de oferecer à juventude plenas possibilidades para seu desenvolvimento físico e mental.

Por isso, levanta as bandeiras de transição:

- EMPREGO A TODOS OS JOVENS; COMBINAÇÃO DO TRABALHO COM OS ESTUDOS – 4 HORAS NA PRODUÇÃO E O RESTANTE PARA O ESTUDO E LAZER!
- ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA, LAICA, CIENTÍFICA, PARA TODOS EM TODOS OS NÍVEIS E VINCULADA À PRODUÇÃO SOCIAL!

A Farsa do PAC na realidade cearense

As autoridades governamentais, em especial os ministérios envolvidos (minas e energia, cidades, transportes, desenvolvimento), apresentam com grande entusiasmo e confiança o plano de aceleração do crescimento (PAC), como projeto que irá destravar e acelerar a economia, com uma meta de 5% de crescimento nos próximos quatro anos.

O argumento do governo: “O Brasil não pode, não deve e não quer continuar como uma fera aprisionada numa rede de aço invisível, debatendo-se e exaurindo-se sem enxergar a teia que o aprisiona”. O PAC é anunciado em meio às colisões das frações burguesas. A oposição inicia críticas ao PAC, o governo dialoga como forma de fazer acordos para a aprovação do projeto; tenta responder aos interesses das frações burguesas comercial e industrial e massacra os trabalhadores, mantendo-os sob o jugo da miséria (política assistencial). Lula, no seu plano de aceleração do crescimento, citou em discurso que não esquecia do povo cearense, prometendo a garantia do fornecimento do gás através da Petrobrás, que viabilizaria a construção e operação da Siderúrgica, que possibilitaria o crescimento econômico-social do nordeste – um tópico que está inserido no PAC denominado “política Industrial”.

O poder público (estadual e federal) e iniciativa privada, desde 1996, investiram aproximadamente US\$ 2,7 bilhões (cerca de R\$ 5,8 bilhões) em

infra-estrutura portuária, energia, recursos hídricos, sistemas viários, para que o estado tivesse condições estruturais para receber projetos, como a refinaria e a siderúrgica. A refinaria foi perdida para Pernambuco, embora houvesse condições estruturais para a instalação da refinaria no Ceará, rapidamente constata-se a falsidade dos parlamentares que, em promessas no parlamento, garantem como certa a instalação da refinaria e, conseqüentemente, o crescimento econômico do estado cearense. Nenhum passo foi dado de concreto em relação a siderúrgica. Dos US\$ 2,7 bilhões, foram investidos US\$ 1,3 bilhão no complexo industrial portuário do Pecém, local escolhido para sediar a Ceará Steel, siderúrgica orçada em US\$ 760 milhões. Empreendimento que é do grupo sul coreano Dongkuk Steel, do italiano Daniele, Companhia Vale do Rio Doce, Governo cearense e com perspectiva de produção de 1,5 milhão de toneladas de placas de aço por ano. Segundo o governo do estado, a siderúrgica permitiria um crescimento adicional de 2% do PIB, significaria 4,37% per capita cearense; sem ela, o impacto seria estrondoso na economia e nas condições de vida da população (emprego). Sem máquinas, sem obras, sem funcionários, sem construção alguma, obras paralisadas, e pouca perspectiva de retomada. Nenhuma máquina ligada ou obra tocada: esta é a situação onde deveria ser o lo-

cal da usina Ceará Steel no Pecem. O impasse reside em que os investidores querem lucrar devidamente, não importando a situação de miséria do povo oprimido (demora na negociação da venda do preço do gás).

O governo afirma que o PAC contém medidas com incentivos fiscais para setores prejudicados pelo câmbio, tais como têxtil, calçados e infraestrutura. Lula aposta que o estado pode liderar o crescimento, desde que o estado possa investir e trazer à reboque, disciplinando o setor privado (parcerias público privadas)

Não nos enganemos com falsas promessas, a farsa do PAC está concretizada na realidade cearense. O parlamento cearense geme e chora caído de joelhos pedindo súplicas à Petrobrás e aos investidores para que não rompam o contrato com o estado e forneçam o gás natural e os investimentos. Parlamentares pressionam o governo para que cumpra as suas promessas. O PAC não traz novidade para o povo cearense e a continuidade de obras intocáveis e inacabadas, a exemplo a duplicação da BR 122 até o porto do Pecem, metrofor, eixos bacias nordestinas, transposição do rio São Francisco, são obras que viraram fábulas nordestinas! .

As multinacionais governam o país e os governos enganam os trabalhadores com mais promessas. Abaixo o PAC defensor dos capitalistas! Fora com as multinacionais do país!

Ceará

CUT Governista se integra de vez ao Governo Cid/PT/PSDB

No dia 16/02, tomou posse como presidente do IDT (Instituto de Desenvolvimento do Trabalho) o ex-presidente da CUT-CE De Assis Diniz. A saída de De Assis para assumir o cargo no Governo Cid demonstra a total integração da burocracia da CUT ao Cambeba.

A diretoria estadual da CUT (Articulação Sindical/PC do B) mesmo na época do governo Lúcio (PSDB) nunca se prontificou a defender os trabalhadores contra os ataques do governo. Exemplo

disso é que não deu nenhum apoio nas últimas greves do magistério estadual e municipal. Durante as negociações para a formação da frente PT-PSB-PMDB-PC do B, a CUT jogou um papel de primeira ordem para impulsionar esta coligação. Aprovou em seu 10º Congresso Estadual o apoio à aliança com a burguesia e saiu em campanha para eleger Cid/PT. Após a vitória da coligação e a entrada do PSDB no Governo, sem a menor crítica por parte da burocracia sindical e do

PT estadual, a CUT não teve escrúpulos em defender o novo governo até mesmo quando este atacava os trabalhadores. Isso ficou evidente nos casos do atraso do pagamento de mais de 70 mil servidores e da repressão à greve dos vigilantes quando o então presidente da CUT, De Assis, disse, referindo-se a este último caso, que ‘a repressão era obra do comando da polícia para desestabilizar o governo Cid. O PT, que possui 3 secretarias de Governo (Cidades, Trabalho e

Desenvolvimento social e Cultura), o Vice-governador (Prof. Pinheiro) e a liderança do Governo na Assembléia (Nelson Martins) não podiam deixar de

lançar mão da CUT como o braço sindical do Cambeba no movimento sindical.

A tarefa dos trabalhadores é arrancar dos sindicatos e da CUT a burocracia

sindical pelega e governista, tarefa essa que só será possível com a construção de uma nova direção revolucionária para o movimento sindical.

Prefeita Luizianne (PT) enfrenta crise e escândalo de superfaturamento

Crise na gestão petista

Após 2 anos de governo, sustentado de um lado pelos pactos com as frações burguesas na Câmara e acordo direto com o empresariado e pela burocracia sindical de outro, a prefeitura petista começa a enfrentar crises no seio de sua administração que tem levado à cisões em sua base de sustentação.

A primeira delas foi a do PDT, que rompeu com a prefeita acusando a gestão petista de “falta de diálogo com a administração”. A bancada do PDT na Câmara rompeu definitivamente com a base aliada. Em seguida, foi a vez do PSOL aprovar no seu II Encontro Esta-

dual a ruptura com a Prefeitura alegando entre outras coisas ‘ausência de diálogo transparente com os movimentos sociais’, continuidade de práticas da gestão Juraci (PMDB), ‘não enfrentamento com os poderosos grupos privados’. Salta aos olhos a inconsistência das justificativas psolistas para romper com a prefeitura. As práticas iguais a de governos burgueses, ‘falta de diálogo’ com os movimentos, alianças com a burguesia etc existiram desde o 1º dia de governo e o PSol sabia de tudo isso. Sabia da repressão e dos ataques da prefeita aos trabalhadores, por exemplo, nas 3 greves do magistério que o PT enfrentou e permaneceu calado. Sabia dos acordos

com o Sindiônibus, dos conchavos na Câmara, mas preferiu ficar com seus cargos. A saída do PSol no penúltimo ano de mandato do PT (se deixasse para sair em ano eleitoral não teria argumento para lançar candidato próprio contra uma gestão da qual participava de véspera) demonstra os interesses eleitorais. Seja como for, a prefeitura petista saiu enfraquecida com as cisões. O mais recente episódio tem ocorrido entre a Prefeitura e o Presidente da Câmara Tim Gomes (primo de Cid Gomes), aliado da prefeita. O motivo tem sido as disputas em torno de repasses financeiros para o Legislativo.

Governo CID/PT/PSDB corta R\$ 679 milhões do orçamento 2007

O governo Cid noticiou em 24/02 um corte de R\$ 679 milhões no orçamento estadual de 2007 aprovado em dezembro último e que previa gastos de R\$ 7,378 bilhões. Os cortes atingem principalmente 3 áreas: educação, saúde e segurança.

Na educação, o orçamento, que era de R\$ 560 milhões, caiu para 504,4 milhões, um corte de R\$ 55,6 milhões! (R\$ 33 milhões só no primeiro trimestre). A ordem é que os recursos sejam o suficiente apenas para não deixar fechar as escolas. A orientação drástica de redução de despesas com almoxarifado já foi enviada para as escolas. A segurança perdeu mais de R\$ 47 milhões caindo de R\$ 518 milhões para R\$ 470,7 milhões. O programa Ronda no Quarteirão e construção de Penitenciárias está suspenso. A Saúde não teve sorte melhor. Perdeu R\$ 20,3 milhões indo de R\$ 207 milhões para R\$ 186,7 milhões. Até o HGF (Hospital Geral de Fortaleza) referencia no atendimento na cidade está com suas obras de ampliação paralisadas e sendo

replanejadas. O Governo cortou 25% dos servidores terceirizados, renegociou contratos e reduziu gastos com comissionados. A secretária de Planejamento e Gestão, Silvana Parente, diz que a razão dos cortes está em que “o que houve foi um gasto maior em 2006 que comprometeu o orçamento de 2007”.

A resposta da burocracia sindical

Depois do anúncio o Fórum Unificado dos Servidores Públicos do Estado discutiu o ocorrido e saiu com a posição de apenas exigir do governo informações para saber quais setores seriam atingidos e qual o tamanho do impacto das medidas. A CUT, governista, pra fazer cena chegou até a dizer que rechaçava a medida e que o movimento sindical precisava ser ouvido (ver O Povo de 25/02/07). Não passou disso. Se depender da burocracia sindical nem uma única plenária de servidores será convocada para discutir o assunto. A burocracia re-

formista sabe que precisa dar alguma satisfação às suas bases de servidores que serão duramente afetados uma vez que o governo com essas medidas além de piorar as condições de trabalho, anuncia indiretamente que não há possibilidades de reajustes este ano.

Que fazer?

Os governos falidos buscam sempre descarregar a crise do capitalismo sobre os assalariados. É preciso exigir da CUT e do Fórum a convocação de uma plenária estadual de base e aprovar um plano de lutas que leve ao enfrentamento ao Governo cambebista de Cid/PT/PSDB. Os servidores devem defender que os capitalistas paguem a conta da Crise! Não pagamento das dívidas do estado com os grandes capitalistas e banqueiros (interna e externa)! Nada de aceitar o não reajuste. Escala móvel de salários! Essa deve ser a resposta do funcionalismo, magistérios e demais trabalhadores.

O governo Lula não cumpriu: analfabetismo se mantém sob o capitalismo atrasado

Entre as inúmeras promessas de campanha do então candidato à presidência Lula, em 2002, estava a de erradicar o analfabetismo no Brasil. Ao fim de seu mandato, é obrigado a reconhecer que o programa “Brasil Alfabetizado” não cumpriu seu objetivo, precisa ser reformulado e apresentar-se de modo menos “ambicioso”.

Conforme dados do próprio governo, que desconsideram, por exemplo, os analfabetos funcionais, há cerca de 20 milhões de brasileiros que não sabem ler nem escrever. Desse total, somente 3,2% freqüentam as salas de aula. Em três anos, o governo “alfabetizou” somente 213 mil pessoas, o que representa somente 1% desse contingente.

O governo justifica: os analfabetos concentram-se no norte e nordeste, estão acima dos 40 anos e não têm interesse em

estudar. Recorre ao argumento que recai a responsabilidade sobre a própria população oprimida. Transforma um problema social em questão de “interesse” individual.

A questão está em que o direito à educação, que foi levado como tarefa democrática nos países imperialistas (EUA, França, Inglaterra, Suíça, etc), não pôde ser amplamente difundido entre as massas dos países atrasados, tal como também ocorreu com outras tarefas democráticas. Mas diferente de outras tarefas democráticas, como a reforma agrária, nunca houve por parte da população mais pobre, bem como por parte da classe operária, uma luta nacional em defesa da educação e do fim do analfabetismo. Isso porque tal defesa implicaria um movimento também de amplitude nacional que defendesse emprego a todos.

Essa é a realidade material sobre a qual se poderia pensar no “interesse” geral, e não individual, de todos se alfabetizarem. Desvincular a defesa do fim do analfabetismo da defesa do “pleno emprego” (nos termos dos próprios economistas burgueses) é fazer demagogia com mais esse elemento de opressão e embrutecimento da população pobre.

Nenhum governo burguês, na atual fase do capitalismo imperialista, poderá realizar tal tarefa. Só o movimento revolucionário, sob direção do proletariado, poderá erguer conseqüentemente essa bandeira, que caminha junto à bandeira de emprego a todos (concretizada na consigna da “escala móvel das horas de trabalho”). Somente a destruição do modo de produção capitalista poderá efetivá-la, através do governo operário-camponês.

Rondônia:

Unidade de todos os trabalhadores da educação orientados pelo programa da classe operária

O governo Ivo Cassol/PPS, como os demais governos do país, ataca a vida dos trabalhadores com salário de fome, jornada de trabalho estafante, salas superlotadas e escolas sucateadas.

A indicação das lutas dos trabalhadores em educação pelas lideranças do sindicato tem se limitado ao chamado de assembleias e, raras vezes, caminhadas pelas ruas agitando bandeiras do sindicato. Sob pressão da base, a burocracia sindical radicaliza, mas não vai até as últimas conseqüências.

Quando diz respeito aos trabalhadores municipais da educação, a burocracia tem sido reticente pelo fato de tratar-se da administração do prefeito Roberto Sobrinho do PT. Não por acaso, iniciou o ano letivo com a assembleia dos trabalhadores estaduais, quando poderia ser uma luta unificada, até porque muitos trabalhadores têm estes dois vínculos trabalhistas

presença dos trabalhadores à assembleia é a questão do plano de saúde para os aposentados.

Perguntamos: qual é este plano de saúde capaz de atender as necessidades de cuidados com a saúde de todos os trabalhadores em educação?

Essa luta jamais poderá obscurecer o que está acontecendo com a previdência pública no país, que está sendo entregue aos interesses privatistas, criando os fundos de pensões. Ao longo do tempo, o governo tira o direito de atendimento à saúde dos aposentados e de suas famílias, criando os planos privados de atendimento, como Unimed, dentre outros.

A defesa da vida dos aposentados e pensionistas requer defender a luta contra a reforma da previdência

Levar a cabo esta luta significa defender o sistema único de previdência estatal, sob o controle dos trabalhadores; extinção de todas as formas de previdência privada, acabando com todos os fun-

dos de pensões; fim das gordas aposentadorias da cúpula do governo, judiciário e militares e defesa do salário mínimo vital para os aposentados e todos os trabalhadores, que é de R\$2.500,00.

É necessário que os trabalhadores se orientem pelos métodos de luta da classe operária, que é a ação direta, combater os métodos legalistas e eleitoreiros, que só iludem a maioria e a arrastam para as ilusões. Mantêm-se os privilégios dos parlamentares e dos patrões.

Por isso dizemos que a defesa do atendimento às necessidades vitais das maiorias choca-se com os interesses dos patrões e governos, que cada vez mais retira direitos dos trabalhadores, arrocha salários, superexplora e desemprega milhares de pais de famílias criando um enorme contingente de desempregados e de miseráveis, aprofundando a barbárie social. A Corrente Proletária da Educação defende que a luta para o atendimento destas necessidades vitais precisa estar ligada à luta pela destruição do capitalismo e pela construção da sociedade sem classes.

Burocracia privilegia plano de saúde

Um dos pontos da pauta para atrair a

Metalúrgicos do ABC

Combater as demissões e o desemprego

A demissão de Rogério Romancini, que atua na Oposição Metalúrgica, faz parte do plano de desemprego da Volkswagen. Estão marcados 3.600 metalúrgicos para perderem o emprego. A lista inclui sequelados e sindicalistas da Oposição.

A direção do sindicato, do PT, aceitou o plano de demissão. Ajuda assim a multinacional cumprir sua meta de elevar a produtividade com menos operários e a aumentar sua gigantesca lucratividade.

Para os companheiros que são postos na rua, seu futuro é pobreza e privações, juntamente com suas famílias. Para os que continuam por mais algum tempo, seu presente é aumentar a carga de trabalho, ganhando menos. E a guilhotina continua suspensa sobre nossas cabeças.

O que a Volks faz é aplicar a lei de funcionamento do capitalismo. Aperfeiçoar a capacidade tecnológica, intensificar a produtividade da força de trabalho, reduzir o número de trabalhadores, rebaixar os salários, elevar a lucratividade e aumentar a concentração de capital.

Está aí por que os capitalistas aumentam crescentemente suas riquezas; e por que aos trabalhadores só restam os salários que mal dão para mês e a desgraça do desemprego. Está aí também por que para os operários não há outra saída senão combater as demissões e o desemprego. Aceitar as demissões de nossos irmãos de trabalho é semear vento para colher em seguida a tempestade.

Lutar pela escala móvel das horas de trabalho

Os capitalistas dizem que não têm como dar emprego a todos. Mais ainda: dizem que devido à concorrência e às novas tecnologias as demissões têm de ser feitas para garantir a saúde econômica da empresa.

Os sindicalistas pelegos e traidores concordam com esse argumento. De vez em quando fazem um Congresso Metalúrgico fajuto e aprovam redução da jornada sem reduzir salários. Mas quando a multinacional os convoca para discutir um acordo de demissões, aceitam. A tal da redução da jornada fica no papel. É o que tem acontecido não só na Volks, mas em toda parte.

As demissões acontecem diariamente e as contratações são menores. No final das contas, cresce o desemprego.

Há um agravante na situação de desemprego no país. Milhões de jovens estão prontos para trabalhar. O que acontece? Grande parte vai inchar o exército de desempregados.

Vocês se lembram que Lula prometeu criar 10 milhões de novos empregos. Mentiu! O desemprego continua e aumentou ultimamente, principalmente para a juventude.

A economia capitalista se encontra numa situação mundial de aumento do desemprego. No mundo todo, demite-se mais do que se abrem novos postos de trabalho.

O desemprego é a maior violência que o capitalismo pode desfechar contra os trabalhadores. Um pai de família desempregado não pode comprar o pão, é miséria e fome de todos. A resposta operária ao desemprego tem de ser a **escala móvel das horas de trabalho**.

Quem pode combater o desemprego?

A própria classe operária.

Começamos por não aceitar nenhuma demissão e passamos a exigir nenhum desempregado no país. Ninguém sozinho salva sua própria pele.

A forma de acabar com o desemprego é a **ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO**. Trata-se de um mecanismo de distribuição das horas de trabalho utilizadas no país entre todos as pessoas aptas ao trabalho (jovens e adultos), sem redução de salários.

Não se pode defender o direito ao trabalho a todos sem defender a escala móvel das horas de trabalho. Aqueles que não defendem essa bandeira não podem defender a bandeira de emprego a todos e nenhum desempregado no país.

Luta geral contra o desemprego

Na Volks, vivemos as demissões e devemos responder a elas. Dizemos: fim das demissões, readmissão dos demitidos e fim da perseguição política aos sindicalistas da Oposição. Bastaria reduzir a jornada estafante para que todos permanecessem com o emprego. Sem reduzir os salários que já foram reduzidos e são baixos.

Mas o desemprego não tem como ser enfrentado isoladamente numa fábrica. Tem de ser o principal ponto de luta do movimento operário, unificado em todo país.

A ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO permite unificar empregados e desempregados.

O que tem impedido a defesa da escala móvel e a unificação dos explorados? **Resposta:** a política da burocracia sindical, pelega e traidora. Por isso mesmo, temos de enfrentar as demissões da Volks defendendo: fim das demissões, reintegração imediata dos demitidos e escala móvel das horas de trabalho.

Nesse sentido, lutamos para quebrar a política traidora da direção sindical e pôr abaixo o acordo de demissões. Exigimos: **convocação de uma assembléia de todos metalúrgicos do ABC para defender os empregos na Volks e para lançar uma campanha de defesa do trabalho a todos e fim da fome, sob a bandeira de ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO**.

Controle operário coletivo da produção

Junto da escala móvel é necessário defender o controle operário da produção. Quem produz são os operários, mas o controle da produção é dos capitalistas. Os técnicos, engenheiros e capatazes servem ao controle capitalista da produção, que responde à propriedade privada dos meios da produção.

O objetivo do controle capitalista é: aumentar a exploração, ter mais lucros, concentrar capital e expandir seus negócios. É com esse controle que as multinacionais planejam as demissões.

O controle operário, ao contrário, usa o conhecimento da produção e sua contabilidade para impedir os ataques dos capitalistas aos empregos. Com o controle coletivo da produção,

é possível abrir a contabilidade da empresas e mostrar a toda população como os capitalistas administram seus negócios, como eles são ricos e as massas trabalhadoras pobres.

Trata-se também de uma luta geral da classe operária, que devemos colocar em cada luta localizada, como a que estamos fazendo agora na Volks.

Constituir comitês de luta

É necessário organizar e estender a luta contra o desemprego. Os comitês de luta nos locais de trabalho, nos bairros e nas

escolas é a forma de coletivizar o problema, unificar empregados e desempregados, colocar para a população a bandeira da escala móvel das horas de trabalho e controle operário da produção. A formação de um comitê, amplamente convocado, de luta contra as demissões na Volks pode ser o ponto de partida para se organizar um movimento pelo direito a todos ao trabalho.

- Pelo fim das demissões na Volks!
- Pela readmissão imediata dos demitidos!
- Escala Móvel das Horas de Trabalho!
- Controle Operário da Produção!

Metalúrgicos do ABC: PSTU é um obstáculo que impede a construção das frentes sindicais classistas e do Partido Operário Revolucionário

No Massas anterior, informamos que um grupo de militantes da Oposição formado pelo POR, PSTU, PSOL e independentes está se reunindo para tentar construir uma frente classista para intervir nas eleições sindicais nos metalúrgicos.

A primeira reunião da frente de Oposição aconteceu dia 4 de fevereiro, e um dos pontos da pauta foi debater e definir o programa da frente de Oposição. O POR defendeu que, diante da crise de desintegração do sistema capitalista, a Oposição deve defender um programa classista, que tenha como base a defesa das reivindicações vitais dos explorados por meio da ação direta.

Na reunião, uma das propostas defendidas pelo POR para fazer parte do programa da Oposição foi a de escala móvel das horas de trabalho, como forma de combater as demissões e o desemprego.

Importante. Nessa reunião ninguém, principalmente do PSTU, argumentou contra essa proposta. Outras propostas foram apresentadas por outros companheiros. Ficou definido que a Oposição faria um jornal mensal e, em cada edição, seria explicada aos trabalhadores uma das propostas do programa da Oposição.

Na reunião seguinte, que aconteceu para fechar o jornal, o POR apresentou como contribuição a formulação de escala móvel das horas de trabalho. A formulação colocava primeiro que a Oposição não poderia se limitar a defender a redução da jornada sem redução de salários apenas em uma fábrica. Não poderia pensar apenas em quem está empregado, mas também nos milhões de desempregados. A formulação concluía com a necessidade de unir empregados e desempregados para impor aos patrões e ao governo em nível nacional a escala móvel das horas de trabalho, ou seja, a divisão de todas as horas produzidas no

país entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho, sem redução de salários.

Coordenador do PSTU coloca-se contra a proposta de escala móvel

Feitas as contribuições e o debate, o coordenador da reunião perguntou se existia alguém contra o conteúdo do jornal. Nesse momento, o representante do PSTU levantou a mão e informou que não concordava com a proposta de escala móvel feita pelo militante do POR. Os argumentos usados pelo morenista, centrista e revisionista do marxismo para se colocar contra a escala móvel são revoltantes e devem ser rechaçados por todos aqueles que, como nós, defendem o marxismo-leninismo-trotskismo. O morenista disse que: “não concordava com a escala móvel porque aquela era uma reivindicação que só era possível no socialismo”. Não conformado com a besteira que havia falado, continuou: “A escala móvel é uma reivindicação que não está colocada no momento, os trabalhadores não entendem”.

Da forma que o representante do PSTU coloca as coisas até parece que o socialismo é uma coisa que vai cair do céu. Não. O socialismo não vai cair do céu. Para que o socialismo aconteça é preciso que os operários, camponeses e demais explorados tomem em suas mãos a tarefa de destruir a propriedade privada, a burguesia e seu Estado por meio da revolução, insurreição armada das massas e a construção do Estado operário (ditadura do proletariado). As reivindicações transitórias como a escala móvel das horas de trabalho são essenciais para que as massas se defendam contra o capitalismo e, por meio da experiência da luta direta, criem as condições para derrotar a burguesia. Tarefa essa que só será possível se

as massas construírem as frações revolucionárias todos os sindicatos e movimentos sociais e principalmente o Partido Operário Revolucionário.

Ao contrário do que diz o representante do PSTU, a escala móvel não é uma reivindicação que deve ser defendida apenas no socialismo. É o contrário. A escala móvel das horas de trabalho faz parte do Programa de Transição, elaborado por Trotsky, e tem como objetivo unir empregados e desempregados e colocá-los em luta direta contra o sistema capitalista, que não tem como garantir emprego a todos os trabalhadores. Portanto, defender a escala móvel e todas as reivindicações do Programa de Transição, por meio da ação direta, é defender a vida das massas e o fim do capitalismo.

Depois de se colocar contra a escala móvel, o representante do PSTU defendeu primeiro a proposta de redução de jornada para 40 horas semanais. Como foi rechaçado, passou a defender a proposta de 36 horas semanais. O POR colocou-se contra, pois a proposta de 36 horas não resolveria o problema nem mesmo dos trabalhadores da Volkswagen que está demitindo 3600 trabalhadores. E mais, como já dissemos, a Oposição deve defender emprego a todos e não apenas a quem está empregado.

Conclusão trágica: No final, o PSTU, utilizando os mesmos argumentos que a burocracia sindical petista, conseguiu convencer os militantes da Oposição a não defenderem a unidade de empregados e desempregados em defesa da escala móvel das horas de trabalho em seu programa.

Está aí porque dizemos que o PSTU é um obstáculo que os revolucionários precisam ajudar a vanguarda e as massas que despertam para a luta a superarem. Só assim será possível construir as frações classistas e o Partido Operário Revolucionário e marchar rumo à revolução e ditadura proletárias.

Nesta edição:

- Entrevista de Guillermo Lora à imprensa
- Camiri desmascara o governo
- Fora Bush, assassino dos povos oprimidos!
- Crise financeira

Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Bolívia:

Entrevista de Guillermo Lora à imprensa

Extraído de www.bolpress.com, reproduzido de *OH – Los Tiempos* (Cochabamba, 28/01/07)

Continua fazendo política ou se dedica mais a outras atividade como, por exemplo, escrever?

Não diferencio a atividade política das outras atividades que realizo. Eu sou um militante revolucionário, minha educação a devo à classe operária. Muito jovem mudei-me aos centros mineiros e constatei o que diziam os clássicos do marxismo. Era universitário, e vivia com eles. Um dia, a gente com a qual eu vivia me surpreendeu e me disse: “Estourou o conflito. Ocupamos a mina (Siglo XX – 1944) e trancamos com cadeado as portas. Os empregados não podem entrar porque a mina é de nós todos”.

Eu lhes disse de imediato: “você são comunistas”, mas responderam: “Nada de comunismo, aqui estamos pedindo aumento de salários, mais nada”.

Então você, como universitário daquela época, certamente lhe explicou a teoria marxista.

Não, não ouviam. Já antes do conflito como agitador lhes falava e não conseguia nada. Seguramente pela arrogância de jovem burguês. Além disso, reconheço que os tratava mal.

Então, como assimilaram as idéias marxistas?

Não, a mim o que surpreendeu foi que eles, antes que repeti-las, ao radicalizarem-se, atuavam de acordo com a essência do comunismo. Não eram proprietários dos meios de produção, eram superexplorados e reagiam contra essa situação. Sim, foi impressionante ver que, por detrás do protesto, o sindi-



O dirigente do POR boliviano, Guillermo Lora

cato se converteu em governo local. Controlavam as saídas e entradas dos automóveis, o horário em que deviam abrir ou fechar os bares, a polícia que estava acantonada, tudo. Era uma ditadura proletária, ainda que eles mesmos nem sequer diziam que eram governo.

Os mineiros fizeram reféns, inclusive morreram uns engenheiros. Logo o Governo prendeu os dirigentes e os agitadores etc. E entre eles estava eu.

Essa classe operária assim chegou a um alto nível político. A explosão do instinto comunista fez com que os mineiros, apesar de quase não lerem, enveredarem pelo campo da política comunista.

Eles se formaram e cresceram assim. Como é que você, esse jovem burguês dos anos 40 se fez marxista?

Desde muito jovem me atraiu a leitura de obras políticas. Já nos fins da escola primária, eu ia comprar livros de um barbei-

ro anarquista que os trazia. Ao invés de jogar bola, estava mais atraído pela via dos revolucionários. Decidi esforçar-me em ser um verdadeiro “bolchevique”. Ninguém sabia da atividade política que eu fazia, ninguém conhecia minha casa, não defendia nada nem buscava dinheiro, era um bolchevique sem impedimentos. Capaz de atuar em qualquer lugar e em qualquer época. Eu quis ser sempre esse revolucionário que não é figurão, que não faz fortuna para chegar à Presidência sem se importar com os meios. Não queria ser, por exemplo, como esse Paz Zamora que foi padre, esquerdista, foi a Lovaina, até quis chegar ao poder usando vinculações meio sujas, enfim, muitos como ele.

Por que é trotskista?

É que nessa leitura permanente descobri o que Stalin, com suas idéias, fez à Revolução Russa e também admirei a conduta de Trotsky em todas suas facetas, ainda que literárias. Vi sua vida, praticamente de maltrapilho que governava. Fui trotskista antes do POR. Ao POR me convidou um amigo que um dia na Universidade de San Simón descobriu que eu era trotskista.

Creio que, apesar de sua vontade de ser bolchevique, com o tempo se fez mais teórico e biógrafo da esquerda e do sindicalismo, a partir inclusive das Teses de Pulacayo?

Você disse que eu escrevi as Teses Pulacayo?

Eu também as li.

Não, não, não eu não escrevi as Teses

de Pulacayo, os mineiros ditaram para mim e só fiz a redação, quando me iniciava na política. Fui apenas um escrivão. Por outro lado, nunca deixei de militar e ser bolchevique. Por isso, não o levei a minha casa. Continuo fazendo política o tempo todo. Continuo também escrevendo e publicando. Tanto agora como na época das ditaduras me custearam viagens para viajar pelo mundo com os exílios.

E o que escreve, por exemplo, sobre o atual Governo do MAS?

Não só escrevo, como fiz um prognóstico do que ia fazer o MAS no poder, assim como seu caudilho. Alguns até acreditam que eu minto e que escrevi depois de ter acontecido, mas não é necessário ser bruxo para saber o que uma frente como o MAS ia fazer.

Vejamos qual é a política do MAS. Eles, tal qual declarou o próprio Evo Morales, respeitam a propriedade privada e também a grande propriedade privada com a condição de que produza. Logo, querem ter como sócias as multinacionais, mas não são sócios, pois continuam sendo seus lacaios. Semelhante poderio de uma multinacional, se elas fecham os bolsos aos masistas, então não funcionam.

Morales o mais que pode chamar-se, apesar de que possa usar poncho –creio que nem poncho usa-, o máximo que aspira é converter-se em um bom burguês. Porque os masistas são respeitadores da grande propriedade privada, do fundamento da burguesia e do imperialismo.

Não sabem nem sequer administrar a

violência, ainda que seu vice-presidente diga que era “poncho vermelho” com sua metralhadora por baixo, o que é uma piada. Então estão fazendo política nos limites da burguesia, suas disputas chegam a isso.

Mas tem tomado posturas digamos antiimperialistas...

Claro, por exemplo pedir-lhe visto aos Estados Unidos. E o Governo de EUA reage e vê a atitude como algo muito grave, assim como os empresários que temem pelo turismo. Mas eu lhe asseguro que isso não vai ser nem uma coisa nem outra, porque estes desde o começo não se definiram bem. Um Governo tem de decidir se é laiaio dos EUA ou seu inimigo, mas estes não são nem um nem outro porque estão mandado embaixadores, se relacionam bem, inauguram obras com ajuda dos EUA e mil coisas como essas.

Porém, o MAS teve também alguma influência trotskista. Por exemplo, algumas das idéias que em algum momento impôs Filemón Escobar?

Não, esse não, esse é um cara desagradável. Será que morreu? Bom, enfim. O que sim tomaram os masistas das nossas colocações, quando estavam no Chapare, foi o tema da coca. Nós, já nos anos 50, colocamos, estudando a própria história da folha na Bolívia, o livre cultivo, livre comércio e industrialização também livre da coca e de seus derivados. Isso repetiram.

Mas o MAS é resultado de outubro de 2003. Você, como bolchevique, não

advertiu então uma etapa pré-revolucionária?

Não, não foi uma etapa pré-revolucionária. A etapa pré-revolucionária teve seu ponto culminante quando os mineiros ditaram as Teses de Pulacayo. São momentos em que os resquílios comunistas de outros tempos dos indígenas aymaras, sobretudo aymaras mais do que quechuas, se manifestam instintivamente.

Agora há um segredo histórico: as massas mineiras e operárias contagiam com seus impulsos aos operários das cidades. Assim aconteceu, por exemplo, em 1952, e na Assembléia Popular de 1971. Mas ali falhou a direção revolucionária do POR. Uma direção de três ou quatro intelectuais que não acreditavam na possibilidade de uma revolução operária e alguns deles acabaram no MNR. Na Assembléia não compreendíamos a composição popular do exército, que devíamos saber assimilar e unir, e também ignorávamos a preparação internacional do famoso “Plano Condor”, organizado pelos EUA.

Hoje estamos longe de um contexto pré-revolucionário?

Desde o fracasso da Assembléia esperamos que esse impulso de um movimento comunista seja retomado. E para isso hoje não estamos nem sequer em uma etapa embrionária. Atravessamos uma situação muito difícil tanto na Bolívia quanto no mundo. Na Bolívia, desde que se desarticulou a mineração, no mundo, devido ao que fez o estalinismo.

Camiri desmascara o governo

Camiri mobilizada denuncia que a chamada nacionalização dos combustíveis é uma farsa, que os últimos contratos firmados com as multinacionais conseguiram aumentar os impostos e outras taxas, mas consolidam os interesses dos investidores a longo prazo sob a fachada de uma “sociedade” entre o Estado boliviano e as multinacionais.

Camiri exige uma verdadeira nacionalização, recuperação das refinarias do Valle Hermoso e de Santa Cruz e a reversão dos campos petrolíferos periféricos.

Também exigem que o governo cumpra com a Lei n.º. 3058, que concede à Camiri o posto de sede da Gerência Nacional de Exploração e Exportação.

O governo respondeu que a política do Estado *não é expropriar as indústrias petrolíferas*, mas converter-se em sócio delas. Com relação à YPFB disse que deve ser uma empresa corporativa centralizada em La Paz e que possa se associar com empresas privadas nacionais e com as multinacionais.

Camiri, ao não ser escutada em suas reivindicações, radicalizou o bloqueio de estradas, tomando as instalações da TRANSREDES e fechando válvulas de oleodutos.

A radicalização da mobilização (ação direta) de Camiri obrigou o governo a mostrar sua verdadeira cara de servo das multinacionais, que não tem ne-

nhum escrúpulo em usar o exército para reprimir aos trabalhadores mobilizados com o argumento de que está cumprindo com sua obrigação constitucional de defender a propriedade privada da TRANSREDES.

Que mais precisamos para provar que se trata de um governo burguês que defende os interesses das multinacionais? Por acaso existe alguma diferença essencial entre este governo e os anteriores neoliberais?

Não! São todos igualmente servos do imperialismo?

(Extraído do Masas boliviano n.º. 2026 de 09/02/07)

Fora Bush, assassino dos povos oprimidos!

Lula, seu governo é capacho do imperialismo!

Está claro que o encontro de Lula com Bush é estritamente do interesse dos EUA. No entanto, os porta-vozes do imperialismo divulgam que o Presidente norte-americano estende a mão ao Brasil no sentido de lhe favorecer economicamente e projetá-lo como fator de equilíbrio nas relações políticas da conturbada América Latina.

A burguesia brasileira e seu governo de plantão não fazem senão demonstrarem o servilismo. Os EUA, com seu poderoso capital financeiro e suas multinacionais, sangram a economia brasileira, como parte do saque mundial das semicolônias.

A Casa Branca decidiu uma incursão na América do Sul numa situação difícil para a burguesia imperialista e seu governo republicano. Configurou-se a derrota dos invasores no Iraque. O Irã consta como novo alvo de guerra. A resistência contra a ocupação militar do imperialismo no Afeganistão ganha terreno. C) governo títere afegão faz parte do tráfico. Cresce a oposição das massas no Oriente Médio ao intervencionismo e ao militarismo de Israel. Nos EUA aumentam os protestos contra a guerra. Em nosso continente, incomodam os desafios nacionalistas, principalmente de Chaves. Na Europa, reabre-se o conflito com a Rússia em torno das regiões petrolíferas e estratégicas para os EUA.

E qual é a perspectiva da economia mundial?

O período de recuperação econômica e de agitada especulação financeira indica estar próximo do fim. E a tão cantada paz abaixa a voz, é quase inaudível. Em seu lugar, cantam as tendências bélicas.

O choque entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção sob a forma dos monopólios dita as relações entre as potências e entre estas e o restante das nações

semicoloniais. Ou seja, de disputas

comerciais acirradas e aumento da opressão sobre os países atrasados.

Lula, ao receber Bush, mostra-se pró-imperialista.

Representantes do governo norte-americano estiveram com o governo Lula para anunciar o interesse dos EUA em estabelecer acordo em torno do etanol. Lá se utiliza o milho em grande escala para extrair o produto; aqui, a cana, mais em, conta e mais rentável. A decisão de elevar a mistura do etanol em 20% à gasolina exigirá da potência ampliar o intercâmbio energético com o Brasil. Um segundo argumento é que os EUA poderão tornar o etanol uma mercadoria mundial. Frente às dificuldades do petróleo e ao problema do aquecimento do clima, o etanol e outras fontes alternativas permitiriam grandes negócios. O Brasil é o segundo produtor do biocombustível, portanto, seria o parceiro natural dos Estados Unidos.

É com essa bandeira que o governo Bush descerá no Brasil entre os dias 7 e 8 de março. Parece um

oferecer de positivo à burguesia brasileira, principalmente aos usineiros.

Não é preciso muito esforço para se saber que em torno da energia se desenvolve uma guerra comercial, provocada e dominada pelas potências. Os EUA estão à frente dos embates e se apresentam como força bélica. Bush se encontrará com Lula não por razões do etanol. O objetivo do Presidente norte-americano é de outra ordem. Transcende a energia extraída dos canaviais e dos milharais. Vamos dizer, de ordem política. Necessita que o Brasil se alinhe com mais clareza e decisão em torno da atuação norte-americana no mundo e especialmente na América Latina.

Os EUA desencadearam uma ofensiva militarista, sem precedente, depois da desintegração da União Soviética, em 1990, que pôs fim a

chamada “guerra fria”. Sob o governo Bush, as tendências bélicas do imperialismo ganharam proporção inédita, que lembra situação de pré-guerra mundial. A corrida bélica nas décadas posteriores à Segunda Guerra foi justificada como necessária ao combate ao comunismo. Os acordos, ditos pacifistas, de controle do armamento, principalmente o nuclear, com a União Soviética, antes da crise de 1990, foram também consideradas bentazejas ações dos EUA para conter a corrida armamentista.

Mas, passado o perigo do “comunismo”, com a Rússia, Leste Europeu, China e Vietnã voltando à órbita do capitalismo e com a dissolução do Pacto de Varsóvia, os EUA retomam a ofensiva militar. Não há conflito armado no mundo em que as forças norte-americanas não estejam presentes. As guerras no Iraque e no Afeganistão expressam as tendências bélicas mais profundas do capitalismo. Por detrás delas, estão as guerras comerciais, a disputa pelas fontes de matéria-prima e a ocupação de espaços estratégicos.

O capital financeiro internacional e as multinacionais constituem o terreno onde brotam as tendências bélicas encabeçadas pelos EUA. As ameaças de guerra contra o Iraque são extensão da ocupação econômica e militar do Oriente Médio, impulsionada pelo governo Bush. Sem o estardalhaço da guerra do Iraque, o mesmo vem sendo fe

ito no continente africano. Na Europa, Bush anunciou a instalação de mísseis na fronteira com a Rússia, justificando à burocracia pró-capitalista russa medidas de retomada da corrida armamentista.

Na América Latina, desde há muito controlada pelo pan-americanismo imperialista, e pelo ciclo de ditaduras militares, apontam sinais convulsivos: Bolívia, Venezuela, Equador, Haiti, México. A onda nacionalista, ainda que caricata, de Evo e Chaves, é

incompatível com ofensiva mundial do imperialismo. O governo Lula não seguiu essa trilha, mas tem mantido uma posição dúbia frente ao chavismo. A direita francamente pró-imperialista quer identificar Lula com o antiamericanismo. Faz pressão para que o governo não fique no meio-alinhamento e siga as exigências da crise e dos interesses do grande

capital. O aceno do etanol será um combustível político a serviço do objetivo do imperialismo de manter o Brasil sob sua guarda.

Diante das tendências bélicas do imperialismo e da opressão sobre os povos, a tarefa que se coloca é unir a maioria explorada em torno da classe operária em urna frente única antiimperialista. Em resposta ao

entreguismo das burguesias latino-americanas e ao saque do imperialismo, nossa bandeira é a dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

“Fora Bushh do Brasil”!

“Fora os EUA do Iraque e Afeganistão!

“Abaixo o intervencionismo econômico e militar do imperialismo”!

Crise financeira

A queda de 8% na Bolsa de Valores de Xanguai, China, repercutiu de imediato nos principais centros de especulação financeira. Calcula-se que as ações tenham sofrido uma desvalorização da ordem de US\$ 1,5 trilhão de dólares.

O Brasil não escapou aos efeitos: as 355 empresas que concentram a quase totalidade dos valores da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) valiam R\$ 1,62 trilhão e passaram a R\$ 1,55 trilhão. Da noite para o dia, perderam R\$ 70 bilhões.

A especulação chegou a um ponto que não pode mais avançar. A economia real a coloca para baixo. Os investidores compram ações na baixa para vendê-las na alta. É com esse jogo que inflam os valores das ações. Mas os ganhos reais ainda dependem dos rumos da economia real.

Uma previsão sombria na economia real pode levar a uma corrida de vendas das ações, implicando a desvalorização. Os investidores que vendem suas aquisições a preço mais baixo do que pagaram perdem. Mas o fundamental é que a jogatina, quando leva ao desabamento das ações, repercute na economia real, podendo impulsionar as tendências de quebra geral. Atingem investimentos não especulativos, relação entre as moedas (câmbio), dívidas internas e externas e influenciam nas políticas governamentais.

É claro que tal repercussão depende do tamanho e extensão da

quebra nas Bolsas de Valores, que é um instrumento de funcionamento do capitalismo.

Os economistas da burguesia afirmam que se trata apenas de uma correção no mercado de capitais. Referem-se à bolha financeira, que quer dizer que a especulação extrapolou limites. As diversas previsões, no entanto, demonstram que não podem ter controle do fenômeno. Pode ser o prenúncio de um processo maior de quebra. O que se está passando na economia mundial e na base dos países mais influentes ditará o curso da crise financeira.

Não são os alardes em si do ex-presidente do Banco Central norte-americano, Alan Greenspan, sobre a possibilidade de recessão nos Estados Unidos que levaram à corrida de vendas de ações. Ocorre que nos últimos três meses a economia neste país perdeu força, podendo atingir o crescimento de 2,2%, contrariando as previsões de 3,5%. O setor imobiliário continuou mostrando retração e a indústria manufatureira perdeu fôlego. Uma desativação nos EUA atinge a economia mundial.

O desabamento de 8% na Bolsa de Xanguai não foi um simples ajuste chinês. A economia chinesa se encontra em grau elevado de dependência dos EUA, seu maior comprador e seu maior investidor no processo de privatização.

O anúncio do governo chinês de intervir na desenfreada jogatina em Xanguai foi o sinal para a fuga dos

abutres. O crescimento chinês está condicionado pelo curso da restauração capitalista, não tem como ocorrer sem se introduzir na economia a especulação e o parasitismo.

Segundo o banco Morgan Stanley, em 2006, os investimentos em habitações, fábricas, infra-estrutura etc atingiram 45% do PIB, um recorde sem precedentes no mundo.

Comparativamente, o Japão depois da 2ª Guerra, que saiu arrasado e precisou maciços investimentos para reconstruir as forças produtivas destruídas, o máximo que atingiu foi 34% do PIB, dado apresentado pelo economista-chefe do Morgan Stanley, Stephen S. Roach. Não se pode esquecer do desenvolvimento que o Japão já havia alcançado, como país imperialista.

A China, recentemente, sofreu um boom de investimentos, calcula-se à média de 26% do PIB, nos últimos quatro anos, o que lhe garantiu a manutenção de uma taxa média de cerca de 9% de crescimento. Os capitais estrangeiros, das potências, viram a oportunidade de obter altos ganhos. A restauração exigiu a instalação da Bolsa de Valores sem o que não tem como funcionar a economia de mercado.

A crise do dia 28 de fevereiro refletiu o crescimento especulativo, o limite a sua continuidade, a jogatina em Xanguai e a retração da economia norte-americana. indica que são sinais de que a crise mundial pode ganhar maiores proporções.